DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 630, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Publicado no DOE-Aleto nº 3995 de 21/03/2025

Dispõe sobre o ingresso, a permanência e a circulação de pessoas nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com os arts. 25 e 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209/2023, de 11 de agosto de 2023,

Considerando a necessidade de inibir a ocorrência de ações criminosas e quaisquer condições que atentem contra a segurança das instalações desta Casa de Leis e da incolumidade de seus membros, servidores e usuários;

Considerando a obrigatoriedade de resguardar a integridade do patrimônio público; e

Considerando que para o eficaz funcionamento do sistema de segurança desta Casa faz-se necessária a normatização de suas diretrizes para a padronização de procedimentos e orientações correspondentes às ações,

RESOLVE:

Art. 1º O ingresso, a permanência e a circulação de pessoas nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins observarão o disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - público interno: Deputados Estaduais, servidores da Assembleia Legislativa e os seguintes:

a) estagiário e menor aprendiz da Assembleia Legislativa;

b) prestador de serviço em contratos ativos com a Assembleia Legislativa;

c) profissional de imprensa;

d) servidor e/ou representante de órgão ou entidade que ocupa espaço físico nas dependências da Assembleia Legislativa;

e) empregado de empresa que ocupa espaço físico nas dependências da Assembleia Legislativa;

II - público externo: pessoa que ingressa na Assembleia Legislativa como visitante;

III – documento público de identificação: documento oficial, com foto, que comprove a identidade de seu portador, em formato físico ou digital, com validade em todo o território nacional e disponha de meios para validação como: QR Code, senha, token, ou outro validador de documento digital.

Art. 3º O controle de ingresso, permanência e circulação de pessoas nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa será de competência da Diretoria de Polícia Legislativa, por meio de monitoramento do uso de crachá, etiqueta de identificação ou outro instrumento de identificação fornecidos pela Casa, que possibilitem o cumprimento das disposições previstas neste Decreto.

Art. 4º Para ingresso, permanência e circulação nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa, o público interno deverá estar convenientemente trajado e portar, de forma visível, na parte superior do tórax, crachá ou outro meio de identificação fornecidos pela Casa.

Art. 5º Para ingresso, permanência e circulação nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa, o público externo deverá estar convenientemente trajado e portar, de forma visível, na parte superior do tórax, etiqueta ou outro instrumento de identificação fornecidos pela Casa, observados os procedimentos de identificação e inspeção de bagagens dispostos nos arts. 8º e 9º deste Decreto.

Parágrafo único. O ingresso, a permanência e a circulação de visitantes na Assembleia Legislativa ocorrerão em dias úteis, das 8h às 18h, ressalvados os eventos oficiais com início e/ou término em horário diverso e os casos previamente autorizados pela Diretoria-Geral, restringindo-se aos edifícios e locais a serem visitados.

Art. 6º Em relação ao traje de que tratam os *caputs* dos arts. 4º e 5º deste Decreto, serão respeitados os aspectos sociais, culturais e econômicos dos integrantes de comunidades tradicionais, tais como indígena e quilombola, bem como de pessoa em situação de rua.

Art. 7º O ingresso, a circulação e a permanência nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa estarão sujeitos à interrupção ou suspensão por questão de segurança.

Art. 8º Para ingresso nas instalações físicas da Assembleia Legislativa, o visitante deverá cadastrar-se, de forma presencial, na portaria do edifício em que deseja ingressar.

Paragrafo único. Para realizar o cadastramento presencial o visitante deverá:

- I** - apresentar documento público de identificação;
- II** - fornecer os dados e as informações cadastrais solicitados;
- III** - permitir ser fotografado, conforme orientação do atendente;
- IV** - informar o local que deseja visitar.

Art. 9º O público externo deverá submeter-se à inspeção de segurança por meio de detector de metal e seus pertences serão examinados em equipamento de raio-X ou verificados visual e manualmente.

Art. 10. Em relação aos procedimentos previstos nos arts. 8º e 9º deste Decreto, em caso de grandes eventos, a Diretoria de Polícia Legislativa poderá:

I - estender tais procedimentos ao público interno;

II - adequá-los conforme a necessidade de segurança;

III - dispensá-los, em caso de visita de autoridades ou de pessoa convocada a comparecer à Casa.

Art. 11. A pessoa detentora de crachá que não mais prestar serviço à Assembleia Legislativa deverá devolvê-lo à Diretoria de Polícia Legislativa ou na Diretoria de Pessoal.

Art. 12. Ressalvados os casos autorizados pela Diretoria de Polícia Legislativa, fica proibido a qualquer pessoa ingressar nos locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins:

I - portando ou transportando objeto ou utensílio cortante, perfurante e/ou contundente;

II - portando ou transportando objeto, recipiente, frasco ou qualquer outro suporte que contenha substância inflamável, pirotécnica, explosiva ou que traga risco à integridade física e moral das pessoas, bem como à integridade patrimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins;

III - usando capacete, máscara ou qualquer tipo de cobertura que oculte total ou parcialmente o rosto;

IV - portando bebida alcoólica;

V - portando apito, apontador laser, chocalho, instrumento musical, megafone ou qualquer outro objeto ou dispositivo sonoro capaz de perturbar a ordem dos trabalhos;

VI – portando arma de fogo;

VII - acompanhado por animal de qualquer espécie, exceto cão-guia e cão policial.

§ 1º Quando possível, é facultado ao portador dos objetos previstos nos incisos I a VI deste artigo descartá-los por ocasião de seu ingresso nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

§ 2º É vedada a guarda pela Casa, para posterior devolução, de qualquer dos itens previstos neste artigo, salvo em casos excepcionais, a critério da Diretoria de Polícia Legislativa.

§ 3º Será permitido o uso de máscara nos casos de orientação médica ou questões sanitárias.

Art. 13. Ressalvado o Deputado Estadual, a Diretoria de Polícia Legislativa, mediante avaliação de segurança, poderá submeter a pessoa que circula nos edifícios da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins à inspeção de segurança ou a outras medidas preventivas, inclusive revista pessoal e verificação manual e visual de pertences.

Art. 14. Não será autorizado o ingresso de menor de 14 (quatorze) anos, desacompanhado dos pais ou responsável, nos edifícios e locais sob responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 15. Em sessão solene ou especial, caso haja necessidade de prévia distribuição de senhas de acesso às galerias do Plenário ao público externo, será observado, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária.

Art. 16. O Diretor de Polícia Legislativa ou quem este indicar, poderá determinar, de forma justificada, a retirada de pessoa e/ou restringir o seu ingresso e circulação nos edifícios da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, quando se comportar de forma a perturbar a ordem dos trabalhos legislativos, assim como daquela que ameaçar praticar ou cometer infração penal ou ato contra Deputado Estadual, servidor, testemunha, convidado ou visitante.

§ 1º Na hipótese do *caput* deste artigo, a Diretoria de Polícia Legislativa:

I - comunicará o fato à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, de forma circunstanciada, por intermédio da Diretoria-Geral;

II - poderá incluir no sistema de controle de acesso alerta ou restrição de ingresso até o desfecho do processo na esfera judicial ou até que a pessoa deixe de representar risco à ordem dos trabalhos legislativos, à incolumidade e integridade dos bens e pessoas.

§ 2º Se o ato praticado configura crime ou contravenção, o infrator será encaminhado à Polícia Judiciária.

§ 3º A Diretoria de Polícia Legislativa poderá registrar alerta ou restrição de ingresso de qualquer pessoa no sistema de controle de acesso, no caso de tomar conhecimento do deferimento de medida protetiva de urgência em favor de qualquer componente do público interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

§ 4º No caso de alerta de ingresso previsto no § 3º, do art. 16, a liberação de entrada será efetuada pelo Diretor de Polícia Legislativa ou por policial que este indicar.

§ 5º Em caso de restrição de ingresso, a pessoa terá o acesso negado, exceto, pelo tempo estritamente necessário, para ser ouvida em CPIs, prestar depoimento ou esclarecimento em procedimento

administrativo, investigatório ou protocolar ou retirar documento de seu interesse em órgão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

§ 6º Mediante avaliação de segurança da Diretoria de Polícia Legislativa, poderá ser inserida no sistema de controle de acesso restrição parcial de ingresso, circulação ou permanência em setor específico da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

§ 7º Em caso de restrição de acesso de pessoa credenciada pela Assembleia Legislativa, deverá ser recolhido o crachá e comunicado o fato ao Diretor-Geral.

Art. 17. Ficam vedados o ingresso e a afixação, em qualquer local sob responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, de banners, cartazes, faixas, balões ou congêneres contendo palavra, sigla, frase, pintura, imagem e/ou referência de cunho obsceno, calunioso, difamante, injurioso, racista, preconceituoso, discriminatório ou com apologia à infração penal, os quais poderão ser recolhidos pela Diretoria de Polícia Legislativa.

Art. 18. Fica proibida a realização de pesquisa ou atividades semelhantes na área de circulação interna, no interior do Plenário, nos plenários das Comissões e em locais com acesso restrito.

Art. 19. Em dias sem expediente na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, o ingresso, a circulação e a permanência nos edifícios e locais sob sua responsabilidade ficam restritos a:

I - Deputado Estadual;

II - servidores efetivos e comissionados da estrutura administrativa, mediante justificativa prévia enviada à Diretoria-Geral;

III - servidor comissionado, mediante prévia autorização do respectivo parlamentar por meio de formulário próprio;

IV - prestador de serviço mediante justificativa prévia enviada à Diretoria-Geral pelo fiscal do contrato;

V – prestador de serviço plantonista mediante escala mensal previamente enviada à Diretoria-Geral;

VI - pessoa previamente autorizada pela Presidência, com comunicação à Diretoria de Polícia Legislativa.

Art. 20. A Diretoria de Polícia Legislativa poderá determinar a adoção de procedimentos de identificação e inspeção de segurança em eventos institucionais realizados fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, quando a segurança estiver sob sua responsabilidade.

Art. 21. As disposições deste Decreto aplicam-se, no que couber, aos demais locais onde funcionem serviços da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, ainda que objeto de contrato de locação.

Art. 22. As condutas comissivas ou omissivas que violarem o disposto neste Decreto serão registradas pela Diretoria de Polícia Legislativa, sujeitando o autor às sanções penais, civis, administrativas e éticas.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 24. São revogadas:

I – a Portaria nº 13-P, de 16 de abril de 2019; e

II – a Portaria nº 04-P, de 18 de fevereiro de 2020.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de março de 2025.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente